

**Despacho (extracto) n.º 21 848/2006**

Por despacho de 8 de Setembro de 2006 do director nacional-adjunto, Dr. Joaquim Baltazar Pinto, da Polícia Judiciária, foi dado por findo o contrato de João Fernandes Mendes Barata, capitão-de-mar-e-guerra aposentado, a exercer funções em regime de contrato de prestação de serviços como especialista superior na Polícia Judiciária, a partir de 31 de Outubro de 2006. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Outubro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

**Rectificação n.º 1604/2006**

Para execução de acórdãos que deram provimento a recursos interpostos por alguns candidatos, torna-se necessário introduzir rectificações no aviso n.º 8297/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 6 de Maio de 1999, que procedeu à abertura de concurso para admissão de 30 candidatos ao curso de formação de subinspectores (actuais inspectores-chefes) da Polícia Judiciária.

Assim:

1 — No preâmbulo do aviso, onde se lê «concurso interno de ingresso para admissão de 30 candidatos ao curso de formação de subinspector,» deve ler-se «concurso interno de acesso limitado para admissão de 30 candidatos ao curso de formação de subinspectores.»

2 — São eliminados do aviso a alínea b) do n.º 6, o n.º 6.2, a alínea b) do n.º 7.1 e o n.º 7.2.

3 — O n.º 7.3 passa a ter a seguinte redacção:

«7.3 — No ordenamento final dos candidatos adoptar-se-á também a escala de 0 a 20 valores, resultando a classificação final da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC+AC}{2}$$

em que:

CF=classificação final;  
PC=prova de conhecimentos;  
AC=avaliação curricular.»

4 — O júri, por motivos de cessação de funções de alguns dos seus membros, passa a ter a seguinte constituição:

«Presidente — Dr. Paulo Fernando Gaspar Rebelo, coordenador superior de investigação criminal, escalão 2.

Vogais efectivos:

Dr. Carlos Alberto Dias dos Santos, coordenador de investigação criminal, escalão 4.

Carlos José Pires Pascoal, inspector-chefe, escalão 3.

Abílio José Matias Lopes, inspector-chefe, escalão 3.

Dr. Carlos Pereira Dias, inspector-chefe, escalão 3.

Vogais suplentes:

Emanuel Carlos Manita Nico, inspector-chefe, escalão 3.

João Manuel da Conceição Alves, inspector-chefe, escalão 3.

António Augusto Ribeiro Alves Teixeira, inspector-chefe, escalão 3.

Dr. Mário Júlio Marques da Silva, inspector-chefe, escalão 3.»

13 de Outubro de 2006. — O Director Nacional, *Alípio Ribeiro*.

**Instituto Nacional de Medicina Legal****Aviso n.º 11 540/2006**

Faz-se público que, na sequência do protocolo n.º 4/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de Março de 2005, e da deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 4 de Abril de 2006, foram colocados neste Instituto, para frequência do internato médico da especialidade de medicina legal, com efeitos a partir de 27 de Março de 2006, os seguintes médicos:

Delegação do Porto:

Dr. Lino Alberto Aranda Assunção.

Dr. Nuno Miguel Ferreira Pinto.

Dr. Sergei Sargu.

Delegação de Lisboa:

Dr. José Miguel Soares Jara.

Dr.ª Paula Cristina Gonçalves de Sousa Fernandes.

Dr.ª Rita Isabel da Silva Melo.

21 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

**Aviso n.º 11 541/2006**

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, em reunião de 31 de Julho de 2006, as licenciadas Ana Margarida Cardoso Alexandrino e Maria Alice Flório de Almeida foram nomeadas na categoria de técnico superior de 2.ª classe, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, após parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

**Instituto de Reinserção Social****Rectificação n.º 1605/2006**

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 3 de Agosto de 2006, o despacho (extracto) n.º 16 087/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Marta Isabel Messias Calvino Martins (escalão 2, índice 209) [...] Luísa Maria Peixoto de Oliveira (escalão 2, índice 233) [...] Anabela Salgueiro Oliveira (escalão 2, índice 209) [...] Adalberto de Jesus Gomes Rodrigues (escalão 2, índice 209) [...] António José Lima de Sousa (escalão 3, índice 218)» deve ler-se «Marta Isabel Messias Calvino Martins (escalão 1, índice 222) [...] Luísa Maria Peixoto de Oliveira (escalão 3, índice 244) [...] Anabela Salgueiro Oliveira (escalão 1, índice 222) [...] Adalberto de Jesus Gomes Rodrigues (escalão 1, índice 222) [...] António José Lima de Sousa (escalão 2, índice 233)».

8 de Setembro de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades****Despacho n.º 21 849/2006**

Veio a SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A., empresa concessionária do sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro, criada pelo Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de Abril, requerer a declaração de utilidade pública da expropriação de 12 parcelas de terreno situadas na freguesia e concelho de Oliveira do Bairro para a construção do emissário de Cértima.

Este projecto encontra-se inserido no âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro indispensável para o saneamento às populações locais.

O processo reveste-se de carácter de urgência, visto ser imprescindível ao esforço de despoluição urgente da Pateira de Fermentelos, incluída na bacia hidrográfica do Vouga e por ser o projecto que melhor garante o funcionamento hidráulico das infra-estruturas a implantar e que melhor se adapta às infra-estruturas em baixa dos municípios.

Tendo presentes os fundamentos constantes da informação n.º 143/DSJ/06, de 6 de Setembro de 2006, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, pelo despacho n.º 16 162/2005 de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, declaro a utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação das parcelas de terreno identificadas no mapa e nas plantas anexas ao presente despacho e que dele fazem parte integrante necessárias à construção do sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro — emissário de Cértima, a desenvolver no município de Oliveira do Bairro, a favor da sociedade SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.

Autorizo ainda que, durante a execução dos trabalhos de construção, sejam ocupadas temporariamente as faixas marginais dos prédios abrangidos pela presente expropriação, nos termos do artigo 18.º do Código das Expropriações, numa largura variável em função das necessidades decorrentes dos projectos aprovados.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da sociedade SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.

4 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.